



Assessor jurídico passou a atuar na tomada de decisões comerciais

04/10/2014

O perfil do advogado que atua no setor de controle interno das empresas está mudando. Os profissionais passaram a ter novas funções, como o monitoramento da segurança cibernética institucional, no intuito de minimizar as preocupações com os riscos de fraudes e violações de dados. A informação faz parte do levantamento da rede global de firmas de auditoria KPMG “[Além do Horizonte](#)” (*Over the Horizon*, em inglês).

Segundo o estudo, a crescente atuação do assessor jurídico não está estritamente envolvida em questões legais, mas também na tomada de decisões comerciais, especialmente na área de risco de gestão. Cabe a ele aconselhar, controlar e comunicar as diferentes partes da corporação. “Os advogados são pagos para mostrar os pontos fortes e fracos da empresa e para tentar, da melhor forma possível, evitar crises”, afirmou.

Em relação à gestão dos riscos empresariais, as empresas esperam que os assessores jurídicos lidem com fenômenos geopolíticos ou falhas tecnológicas. A capacidade dos profissionais de determinar “solo seguro” para a gerência é parte fundamento do emprego e a capacidade de fazê-lo aumenta a influência do assessor jurídico, principalmente em situações de risco.

Além disso, o assessor jurídico também se tornou responsável pela conduta corporativa de terceiros; pela execução de contratos; pelas negociações e elaborações de contratos; e por abordagens adaptáveis à resolução de litígios.

Momentos críticos

Ficar influente na empresa leva tempo, afirmaram todos os entrevistados para o estudo. Mas, esse processo pode ser mais rápido em momentos críticos para a empresa. O estudo mostra do caso da Karen Linehan, hoje vice-presidente executiva da Sanofi of France. Ela se tornou assessora jurídica da empresa ao conduzir uma questão jurídica entre a companhia e os Estados Unidos. “Eu me tornei visível aos membros do conselho e os executivos sêniores. E essa foi uma das razões para que eles corressem o risco e me promoverem”, disse. Em reconhecimento da conclusão bem sucedida do caso, Linehan foi promovida dois níveis acima da sua posição.

Segundo Marcos Matsunaga, sócio da área legal da KPMG no Brasil e responsável pelo estudo no país, executivos líderes estão incentivando suas equipes jurídicas à fazer a capacitação de seus profissionais. “Essa iniciativa, teoricamente, poderá garantir que as diretorias de assessoria jurídica sejam capazes de, como aponta o relatório, assumir questões complexas, filtrá-las e chegar a uma conclusão sensata”, afirma.

Due Diligence

Há uma crescente perspectiva por advogados internos que atuem em *due diligence* de fornecedores, clientes e de outras partes do negócio, uma vez que a corrupção em qualquer etapa da cadeia de suprimentos é confrontada por ações judiciais e legislativas cada vez mais



rígidas.

“A experiência em determinado negócio, aliada à capacidade de fazer cálculos, está rapidamente se tornando elemento básico para carreiras jurídicas bem sucedidas com atuação em controle interno. Sem contar com o crescimento do *compliance* regulatório, que pode significar que os advogados com experiência em serviço público serão os mais procurados no mercado”, conclui Matsunaga. *Com informações da Assessoria de Imprensa da KPMG.*

Clique [aqui](#) para ler o estudo.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2014-out-04/assessor-juridico-passou-atuar-tomada-decisoes-comerciais/>